

## Ata da Reunião do Conselho

Reunião ocorrida aos dois dias de setembro de dois mil e cinco, à 08:30h em primeira convocação e às 09:00h, em segunda convocação, com qualquer número de Conselheiros presentes, na Sala de Reuniões do hotel San Martin sito à Rua João Negrão, 169 – Centro, nesta Capital. Estiveram presentes no período da manhã, os seguintes conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggiotto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Jane Elizabeth Cetenareski (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB); Paulo César Langer (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Giselle Ávila Leal Meirelles (Secretaria de Estado da Educação – SEED); Cristiane Mara Hasenhauer (Secretaria da Política Habitacional – COHAPAR); Celeste M. de Oliveira Ribeyre (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Manuel Nunes da Silva Neto (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Elza Maria Campos (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP). Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Juliana Molinari (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS); Antonia Maria Druzian Garcia (Ação Social do Paraná – CTBA); Denize Diniz (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Guarapuava); Jaime Bonato (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE Dois Vizinhos); Valter Pedro Zancanaro (Assoc. Bras. De Educação e Cultura – Ponta Grossa – Abec); Terezinha de F. Inocente Bitencourt (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Bela Vista do Paraíso); Eva Marlene Munhoz Losano Leonel (Associação Comunitária para Des. Da terceira Idade - ACODETI); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Kathúscia Aparecida Freitas Pereira (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS). Estiveram presentes no período da tarde, os seguintes conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggiotto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Paulo César Langer (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Giselle Ávila Leal Meirelles ; Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Manuel Nunes da Silva Neto (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Conselheiros da

Sociedade Civil Organizada: Juliana Molinari (Conselho Regional de Serviços Social – CRESS); Antonia Maria Druzian Garcia (Ação Social do Paraná – CTBA); Denize Diniz (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Guarapuava); Jaime Bonato (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – Dois Vizinhos); Terezinha de F. Inocente Bitencourt (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Bela Vista do Paraíso); Eva Marlene Munhoz Losano Leonel (Associação Comunitária para Des. Da Terceira Idade Acodeti); Dulcilene Pires Cardoso Tonon (Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Jacarezinho); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Angela Carvalho Kotsubo (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Paranavaí); Kathíuscia Aparecida Freitas Pereira (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS); Valter Pedro Zancanaro (Assoc. Bras. De Educação e Cultura – Ponta Grossa-Abec). A presidente Terezinha saudou e deu as boas vindas a todos e iniciou a reunião pedindo a todos que fizessem a leitura do poema “A arte de Amar”, logo após, fez uma breve reflexão sobre a Semana da Pátria pedindo que todos, conselheiros e convidados, sempre procurassem fazer o melhor para o Brasil. Continuando, passou a palavra ao Sr. Paulo Ragnani (Diretoria Geral) representando o Diretor Geral, Sr. Emerson Neroni, dizendo que, a partir desta data, todos os Conselheiros estavam autorizados a efetuarem suas refeições nos dias das Plenárias no Hotel San Martin, colocando-se à disposição dos mesmos para eventuais esclarecimentos e, finalizando sua fala, desejando aos presentes uma proveitosa reunião.

#### 1. Aprovação da Pauta;

Em seguida, a presidente Terezinha fez uma chamada oral dos Conselheiros e submeteu a pauta a aprovação da plenária, tendo em vista que os Conselheiros do CEDI (Conselho Estadual dos Direitos do Idoso) estariam presentes na reunião, pediu que a ordem da apresentação das Comissões fosse alterada, pois os mesmos foram convidados a estarem presentes às 10:00h. A presidente continuou sua fala, sugerindo que a “discussão” sobre as devidas alterações no regimento interno, referente a estruturação do CEAS e seu fortalecimento, fosse transferida como assunto de pauta para a próxima reunião, sendo aceita por todos os conselheiros. Assim, a pauta foi reordenada e aprovada como segue: Prazos de entrega de documentação referente ao atestado ou declaração de pobreza; Orçamentos Comuns; Discussão sobre as Reuniões Decentralizadas; Transporte para VI Conferência Nacional de Assistência Social , Plano Estadual de Assistência

Social; Avaliação da Conferências Municipais e Regionais; Relato das Comissões, Expansão dos Municípios referente ao CRAS; Informes da Secretaria Executiva; Informes Gerais.

## 2. Aprovação da Ata;

Prosseguindo com a reunião, a presidente Terezinha submeteu a ata para aprovação, a mesma foi APROVADA com as devidas correções apontadas.

## 3. Comissão de Políticas Básicas.

A estagiaria Célia (Coordenadoria de Apoio à Gestão Municipal - CGM) relatou

sobre o projeto "Rede de Educação Infantil", conforme ANEXO I e II, onde constam as atividades inerentes ao Projeto. A presidente Terezinha aproveitou e pediu uma posição sobre o prazo de entrega dos documentos referentes às ações Socio-educativas da Rede SAC. A Sra. Celia informou que o prazo de entrega de documentos pelas prefeituras, irá até o mês de dezembro e ainda comentou da dificuldade da área de educação na cidade de Curitiba e sobre a responsabilidade das ações da Prefeitura de Curitiba. A presidente Terezinha diz que houve consenso em relação as datas. A estagiaria Célia relatou sobre o Município de Barbosa Ferraz com 300 metas. O Conselheiro Manuel informou ser necessário um estudo mais aprofundado sobre a pesquisa e comenta que, no seu ponto de vista, não existe falta de interesse dos municipio em relação ao envio dos relatórios, e sim falta de responsabilidade social, foi resolvido que esse debate será ponto de PAUTA da próxima reunião.

## 4. Orçamento Comum – CEDI.

A convidada Pura, conselheira do CEDI (Conselho Estadual do Idoso), relata a falta de estrutura e a falta de apoio, de órgãos gestores, dizendo que o idoso está desamparado e os que trabalham no processo são voluntários. A presidente Terezinha expõe que o Conselho, muitas vezes, não pode ser mais eficiente por não ter em mãos uma listagem das Instituições que tem seus trabalhos direcionados ao trato com o idoso. A conselheira Celeste afirma que a legislação exige a inscrição no Conselho respectivo para o regular funcionamento das instituições, o que atesta sua credibilidade. Com base nos relatos, a presidente Terezinha propõem que haja um envio aos Conselhos Municipais, de um Ofício referente a situação de cadastro das Instituições que cuidam de idosos, bem como que os mesmos respondam a um questionário que irá em anexo, perguntando o nome da entidade e se a referida tem ou não seu cadastro. O conselheiro Cícero diz que essa medida

deve ser de alta prioridade e, principalmente, que se coloque um prazo para a entrega dos questionários. A presidente sugere que se elabore dois levantamentos: um local e outro estadual, e que a data de entrega tenha como prazo até a próxima reunião do mês de novembro. A presidente Terezinha pede que a Secretária Executiva elabore um modelo do questionário e que repasse para os Conselheiros responsáveis pelos cadastros antes de enviar para os Conselhos Municipais. Proposta Aprovada.

5. Comissão Temática de Comunicação Articulação e Mobilização. Conselheiro Paulo iniciou relatando sobre o ofício recebido da CNAS (Conselho Nacional da Assistência Social) de nº 71/2005 indicando o Conselheiro Silvio Iung para participar da Conferência Estadual do CEAS, quando também solicita à Secretária Executiva que providencie o envio da programação. Continuou citando a necessidade de envio de matérias às ferramentas de mídia. Comenta que foram somente citados os temas para a confecção dos artigos para divulgação e que os jornalistas responsáveis da SETP (Secretaria do Trabalho Emprego e Promoção Social), funcionários da Assessoria de Imprensa devem elaborar matéria, com base nas informações repassadas. A primeira matéria informada pelo Conselheiro Paulo foi referente às Conferências Regionais que estão sendo realizadas com a participação dos 399 Municípios do Estado do Paraná; a segunda será sobre a Conferência Estadual do CEAS já com local definido no Centro de Convenções – Rua Barão do Rio Branco, tendo como tema “Política de Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social - SUAS”. Outro item que relatou ser importante para divulgação, refere-se à Conferência Nacional de Assistência Social nos dias 6, 7 e 8 de dezembro que ocorrerá em Brasília e, por último, pede que a Assessoria de Imprensa da SETP divulgue o site do CEAS. Retomando a palavra, a presidente comentou que a comissão efetivou seus trabalhos com a presença de apenas dois Conselheiros e, no entanto, os trabalhos estão surpreendendo. A presidente pediu, ainda, a informação sobre a data da circulação do Jornal da SETP, e pede que todas essas matérias sejam veiculadas na próxima edição. Aproveitando, a Conselheira Elza sugeriu ser acionado um jornalista da SETP para efetuar uma entrevista com a presidente, aproveitando a presença da referida. A presidente relatou que o Conselho realiza muitas ações, mas não efetua a devida divulgação. Disse que desde o início das atividades do CEAS, até o momento, houveram muitos avanços, mencionando não existir um arquivo com fotos / acervos da história, fatos e ações. A

conselheira Antonia reforça que a comunidade deve saber o que ocorre dentro do Conselho. O conselheiro Cícero informou que os conselheiros tem acesso à imprensa e precisam acioná-la. A Conselheira Celeste sugeriu que cada Conselheiro repasse informações aos meios de comunicação da cidade e região onde residem. Decidido a discussão de uma forma de comunicação efetiva, como ponto de pauta para a próxima reunião.

#### 6. Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo.

O conselheiro Cícero, iniciou a apresentação referindo-se à nota do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, citando o ofício 02/2005 do CNAS que refere-se a forma de funcionamento do Fundo e à forma e vinculação das receitas no Fundo de Assistência Social. A presidente Terezinha informou que esse Ofício do CNAS deverá ser respondido, demonstrando que o Paraná não tem esse Fundo, de fato. Citou, também, que a Comissão não tem registro de Fundos criados nos municípios no Estado, ponderando que os Conselheiros deveriam tomar a atitude de enviar ofício aos Conselhos Municipais de Assistência Social para efetuarem esse mapeamento ou, então, retomarem o debate sobre a criação do respectivo Fundo. O Conselheiro Manuel pediu um esclarecimento sobre o Fundo de Erradicação, com posicionamento do Ministério, e se posicionou à favor de uma deliberação. Finalizando, expos que será um trabalho redundante e a criação desses Fundos deverá ser referendado com uma provisão orçamentária em cada um dos órgãos federativos, incorporando um conjunto de recursos próprios para constituir esse fundo, com uma rubrica própria, privilegiando aqueles que são excluídos da sociedade, ou um fundo nos moldes do Bolsa Família. Pedindo a palavra, a Conselheira Elza relatou que a Comissão também não teve um entendimento claro sobre o ofício. A Conselheira Celeste sugere como assunto de pauta para próxima reunião. A presidente Terezinha esclareceu que não é claro para o Conselho, a quem e como efetivar essa ação, e quem irá gerenciar este fundo. Assim, pede um posicionamento da plenária, mencionando novamente que o Estado do Paraná não tem registro do Fundo. Com relação aos Municípios, o Conselheiro Manuel aponta a existência de um Fundo, não sabendo como será inserido no orçamento previsto, dentro da Política da Assistência. A presidente relatou que há uma diferença entre alguns pontos do programa e informou que o fundo ficará ligado diretamente ao poder executivo por um projeto de lei local, baseado numa lei federal. Continuando o conselheiro Cícero retomou a palavra informando que, até a data da reunião, um total de 122 Municípios

não enviaram resposta sobre o questionário que levanta o parque de equipamentos de informática instalado em cada CMAS. Propôs que os contemplados com a aquisição poderia seguir os seguintes critérios: primeiro, os municípios que não possuem os aparelhos de informática. Segundo, os que compartilham. Tendo como outra proposta, a de repasse para os Municípios de pequeno porte, citando a grande dificuldade desses municípios adquirirem aparelhos de informática e informou que as cidade de médio porte e de grande porte, não encontram tanta dificuldade nesse processo. A presidente sugeriu que a votação ocorra da seguinte forma: encerra-se a discussão ou delibera-se a compra para as cidades que responderam o ofício do CEAS e que informaram não possuir o microcomputador. A matéria foi colocada em votação e ficou decidido atendimento prioritário, para os Municípios que precisam e não possuem. Aprovada a DELIBERAÇÃO. Continuando, o conselheiro Cícero retomou o assunto do orçamento da Política da Assistência Social para o exercício de 2006. Comentou que a conselheira Jucimeri informou que apenas a verba de manutenção das Secretarias já está definida e que devem iniciar uma negociação com o Planejamento e Governador, para que seja definido um teto destinado às despesas dos Conselhos e, também, posicionou que alguns pontos do orçamento estão sendo revistos. Citou, também, que, o que dificulta a aprovação do orçamento, é o fato do Conselho não ter certas questões definidas referente ao mesmo. O conselheiro Paulo relata que, pelo Estado estar no período de elaboração do orçamento, propõe a inclusão das sugestões, como o projeto " Portal de Inclusão" na localidade de Campo Mourão e Londrina, juntamente com as outras regiões já contempladas, sendo priorizado as regiões que mais necessitam desses centros de atendimento. O conselheiro explica que a Conselheira Jucimeri propõe que a criação de Centros de Atendimento Especializado e Integrais para pessoas com deficiência e em situação de risco, sugerindo, também, o co-financiamento da própria construção de "Centros Dia". O conselheiro Cícero, citou a proposta de capacitação das cozinhas comunitárias de Curitiba e Região Metropolitana, mencionando a capacitação para 320 profissionais, orçada em R\$ 455.000,00, e que afirmou ser um número expressivo. Comentou que o SEBRAE ??/ realiza um trabalho semelhante, com um custo de R\$ 800,00 por um grupo de 5 pessoas, podendo, esse mesmo recurso, ser dividido nas várias regiões do Paraná aonde existe a implantação do projeto das Cozinhas Comunitárias. A Sra. Pura, conselheira do CEDI, sobre os

cortes previstos no orçamento, informou que não deveriam haver ocorrer quando envolvem projetos bem elaborados, objetivos racionais e sem superfaturamento. Aproveitou e comentou sobre a importância da implantação e divulgação do Estatuto do Idoso e que os Conselhos só podem trabalhar se tiverem em mãos, os estatutos publicados, para que as prefeituras possam implantar seus Conselhos. Retomando a palavra, a presidente Terezinha afirma que o CEAS dará suporte ao CEDI. O Sr. Flávio Binder, vice-presidente do CEDI, informou que há falta de recursos para capacitação de pessoas especializadas no trato ao idoso. A presidente informou que o Conselho tem a responsabilidade de discutir o idoso na sua totalidade, indiferente de sua posição sócio-econômica. A conselheira Celeste comentou ser importante uma oficina para as pessoas que trabalham com o idoso, durante a semana que esteja acontecendo uma plenária do CEAS, para que os participantes das oficinas relatem suas realidades. A conselheira Elza informou que as decisões do CEAS são corretas. A Sra. Pura continuou dizendo que muitas pessoas estão dando consultoria à várias prefeituras do interior do Estado com o interesse de levar vantagem. São consultorias, muitas vezes sem foco no social, reforçando assim a importância do papel do CEAS. A presidente Terezinha pediu que toda vez que for lançado uma proposta para construção de um projeto, coloquem o número de pessoas envolvidas (beneficiadas e operacionais). Outro assunto, é a implantação dos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) nos Municípios que estavam dentro dos critérios de risco e vulnerabilidade, que totalizam 81 municípios. O Fórum solicitou informação sobre a presença do Estado nesse serviço, pedindo que incluam também as cidades que ainda não foram contempladas com implantação dos CRAS, reforçando que todos os municípios necessitam de algum serviço para população de vulnerabilidade. O conselheiro Manuel pondera que um município com uma maior estrutura, sempre terá vantagens em relação aos pequenos e finaliza propondo que todos reflitam. Assim não houve alteração no que já havia sido deliberado na reunião anterior.

7-Comissão: Organizadora da VI Conferência.

A presidente deu início ao assunto informando que no dia anterior da plenária a Comissão reuniu-se, e discutiram sobre a Conferência, e ainda informou que a Comissão realizou um encontro no dia 15 de agosto, discutindo a planilha do custo da Conferência em todos os seus aspectos, sendo elaborado um mapeamento do evento, tendo a Comissão realizado visita ao

Centro de Convenções de Curitiba, one foi definidoo uso de todo o prédio. Informou que haverá uma reunião da Comissão no dia 19 de setembro para delimitar / estabelecer a função de cada conselheiro na Conferência Estadual. A proposta foi aprovada. A conselheira Iolanda, com a palavra, explicou que muitas demandas estão em trâmite e que, com relação aos palestrantes, já possuem alguns nomes confirmados, para o 2º dia do evento, como por exemplo, o Sr. Poul, Ivonete, Potiara,. A mesa no terceiro dia, será composta por Maria da Glória e Raquel, informando que já foram efetivados os contatos, mas estão dependendo de espaço nas agendas dos palestrantes. Em relação às despesas, já estão sendo elaborados os devidos orçamentos referente a alimentação e hospedagem, possibilitando montagem do processo de licitação. Informa, também, que os organizadores das Conferências Regionais já haviam enviado os orçamentos, complementado que todo o processo inicia-se na CDI (Coordenadoria de Desenvolvimento Integrado) e retorna para a mesma Coordenadoria, que dará os devidos encaminhamentos. Relata que a decisão referente aos recursos financeiros dependem de processos administrativos burocráticos (como processo de licitação, por exemplo). Continua dizendo que o direcionamento das ações dependem da confirmação dos palestrante, informando que, após a reunião, a planilha de custo será enviada aos Conselheiros. A presidente Terezinha retomou, com a divisão das funções dos conselheiros na Conferência. Uma das primeiras decisões será que cada conselheiro recepcione suas delegações regionais. As demais funções ficaram assim subdivididas: Credenciamento: Denise e Eva; Coordenação de Mesa: Manuel, Valter, Elza, Juliana, Celeste, Maria Aparecida; Secretária de Mesa: Katiuchia, Jucimeri, Angela, Antonia; Protocolo: Elza, José Cícero, Eliane; Coordenação Referendo dos Novos Conselheiros: Comissão da Conferência; Sistematização Geral: José Cícero, Presidente Terezinha, Vera, Antonia; a Conselheira Maria Joseane informou que não poderá assumir nenhuma função nesta Conferência, pois estará ausente da Cidade de Curitiba. A presidente, logo após a divisão de atribuições, encerrou a plenária na parte na manhã.

#### 8. Discussão sobre a realização de reuniões descentralizadas.

A presidente Terezinha deu continuidade aos trabalhos no período da tarde, informando que todos os conselheiros aceitaram a proposta de realizar reuniões descentralizados. Pedindo a palavra a representante da Secretaria Executiva Maria Lúcia, informou que não poderá haver deslocamento da estrutura da Secretaria



Executiva para suporte às reuniões, por decisão da Diretoria Geral. O conselheiro Manuel reforçou a importância dessas reuniões descentralizadas para o fortalecimento do Conselho, onde outras regiões do Estado possam participar mais efetivamente e conhecerem de perto o mecanismo das reuniões, bem como, possibilitará ao CEAS conhecer com mais propriedade a realidade do Estado. O conselheiro Valter diz preocupar-se com a realização dessas reuniões, em função da infra-estrutura nos diferentes locais. Dando continuidade, a presidente colocou em votação a referida questão, com a aprovação pela manutenção de reuniões descentralizadas. Assim foi definido como data para a primeira a ocorrer, o mês de Março de 2006, na região de Londrina, em caráter de piloto. A presidente deliberou ainda que seja elaborado um ofício ao Diretor Geral ponderando a necessidade de se ter uma pessoa da Secretaria Executiva para o acompanhamento das reuniões descentralizadas. A conselheira Joseane pediu um esclarecimento sobre a minuta referente ao atestado de pobreza. A conselheira Gizelle explica que o Ofício de abolição do atestado de pobreza deva ser extinto como requerimento para a realização de matrícula escolar. Quanto à solicitação de cédula de identidade, deve ser enviado aos Conselhos Municipais informação com relação à decisão, citando a Lei Federal nº 7115, de 29 de agosto de 1983, do Decreto Federal nº 83936, de 06 de setembro de 1979 e do Decreto Estadual nº 4796, de 02 de fevereiro de 1972, bastando para comprovar atestado de pobreza, declaração firmada pelo próprio interessado que será encaminhado também para os Gestores Municipais. A foi aprovada a deliberação.

9. Transporte para V Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília;

A presidente Terezinha relatou que no ano anterior houve um grande transtorno, pelo fato de que o transporte oferecido aos conselheiros foi rodoviário e deficitário e que os mesmos sentiram-se prejudicados, havendo muito manifesto contrário. A presidente citou ser necessário que, para essa Conferência, o transporte ofertado possa ser aéreo, evitando, assim, os desgastes ocorridos na última Conferência Nacional, pedindo que se faça de um Ofício ao Diretor Geral, Sr. Emerson Nerone, mostrando o posicionamento do Conselho. Se não houver a possibilidade do transporte aéreo, pelo menos o rodoviário oferecido tenha padrão adequado às horas dispendidas para a viagem. A proposta foi colocada em votação e foi APROVADA.

10. Avaliação das Conferências Municipais e Regionais;

A presidente Terezinha pediu a cada Conselheiro que participou das Conferências Municipais ou Regionais que relatem suas considerações e façam um resumo das mesmas. A conselheira Kathíuscia comentou sobre a Regional de Umuarama, ocorrida no dia 31 de agosto, dizendo que houve muita participação e foi superado as expectativas, sendo, a maior dificuldade, a falta de união dos Escritórios Regionais da SETP. Um dos pontos debatidos foi a expansão dos CRAS. O conselheiro Cícero, fazendo o seu relato, mencionou que participou das municipais em Campo Mourão e Umuarama e registrou que na região de Campo Mourão houve uma grande representatividade, mas não foi um evento bem organizado, no que tange à eleição de conselheiros e ao estudo do Instrumento 3, o qual deveria ser feito naquela regional e, quanto à escolha dos delegados para a Conferência Nacional, foram definidos um número de 5 delegados. A conselheira Juliana relatou que, até a presente data, a sua região de Irati não havia realizado a Conferência Regional. No entanto, em relação à municipal, houve uma grande participação e foi, segundo a mesma, efetivamente a melhor dos últimos anos. Logo após, o conselheiro Valter comentou que a Conferência na Regional de Ponta Grossa foi bem organizada e proveitosa. A presidente Terezinha ressaltou que Londrina realizou sua Conferência no dia 12 de agosto e também informou que muitas pessoas participaram. Só lamenta a fala do Secretário Padre Roque ter sido muito longa, o que ocasionou esvaziamento da Assembléia. As municipais foram encantadoras quando todos conseguiram entender a coluna dorsal do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Em seguida, o conselheiro Jaime, da Regional de Francisco Beltrão, relatou que foi um dia muito chuvoso, mas esse fato não atrapalhou a Conferência, lamentando a ausência do Secretário Padre Roque. Informou, também, que houve escolha de Conselheiro e de delegados, sendo que na região de Guarapuava,